



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL E O ENSINO DE HISTÓRIA (1930-1945)

Simone Dias Cerqueira de Oliveira*
(UEFS)

RESUMO

O foco deste artigo é o ensino de História do Brasil relacionado ao problema da identidade nacional. Tem por objetivo tecer fios de compreensão sobre a finalidade do ensino de história na constituição de uma identidade nacional, tendo como fundamento teórico o nacionalismo patriótico ideologizado pelo projeto varguista de sociedade. Para tanto, discutirei a configuração dada ao secundário, em especial ao ensino de história, pelas Reformas Francisco Campos e Gustavo Capanema, destacando as continuidades e mudanças entre elas que marcaram a identidade da disciplina. Permeando esta discussão, tratarei diretamente da finalidade atribuída pelo currículo oficial ao ensino de História no período. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, baseada no aporte teórico da Nova História Cultural.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino de História; Identidade nacional; Reformas educacionais.

INTRODUÇÃO

Entender a Educação escolar como produto sociocultural implica em analisá-la dentro do contexto sócio-político e cultural que a regulamenta. É a partir desta

*Professora de História do Centro de Educação Básica da Universidade Estadual de Feira de Santana. Mestranda do programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe. Especialista em Métodos e Técnicas de Ensino pela Universidade Salgado de Oliveira-UNIVERSO (RJ). E-mail: simonedias9@yahoo.com.br.



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

compreensão que pretendo por em foco o ensino de História do Brasil relacionado ao problema da identidade nacional durante o governo de Getúlio Vargas (1930-1945).

O Movimento político de 1930, que conduziu Getúlio Vargas ao poder, pôs fim ao regime federativo criado pela Constituição de 1891 e o poder político passou a ser centralizado pelo governo federal. Vargas tomou o poder com a proposta de modernizar o país mediante a reformulação do seu modelo econômico e jurídico-político.

Na construção desse “novo” Brasil, a educação se configurou como o grande problema do país, transformando-se em questão de segurança nacional. Principalmente a partir de 1937 a educação serviu como instrumento de inculcação dos princípios do Estado Novo e como arma de luta ideológica. Como a História poderia contribuir para a grande obra da educação nacional?

Na tessitura de compreensão a esta problemática, discutirei a configuração dada ao secundário, em especial ao ensino de história, pelas Reformas Francisco Campos e Gustavo Capanema, destacando as continuidades e mudanças entre elas que marcaram a identidade da disciplina. Permeando esta discussão, tratarei diretamente da finalidade atribuída, pelo currículo oficial, ao ensino de História dentro do projeto de sociedade forjado pelo Estado Vargasista.

Considero, no entanto, pertinente a colocação de que os textos oficiais trabalham numa perspectiva de uma *escola ideal*, tanto nas condições de trabalho, quanto na ação dos sujeitos diretamente envolvidos com a práxis pedagógica. Assim, desconsideram os possíveis, e prováveis, conflitos, rupturas, resistências, etc., enfim, desconsideram as redes em que se (re) constroem a(s) História(s) em condições concretas de existência na vida; vida viva nas intenções, dilemas, sentimentos, versões e ações, dos diversos sujeitos históricos.

Contudo, com a noção de que o currículo é uma construção sociocultural, não devemos analisá-lo independentemente dos órgãos que o produziram, pois é



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

“impossível analisar o discurso histórico, independentemente da instituição em função da qual ele é organizado em silêncio” (DE CERTEAU, 1979, p.22). Por representar o modo de produção de conhecimento acessível à maior parte da população escolarizada, o currículo oficial é forte responsável pela formação de conceitos, neste caso o de História, que constituirão a consciência e a memória coletiva da sociedade. Daí a importância dos estudos e pesquisas da História da Educação no nível das políticas educacionais, sem perder de vista sua indiscutível relação com as práticas escolares e o pensamento educacional ou teorias educacionais.

Este artigo está inserido nesta perspectiva interpretativa da História e do currículo. Faz parte de uma reflexão teórica inicial do meu projeto de pesquisa de mestrado intitulado “O significado e os rumos do ensino de História a partir das mudanças curriculares da década de 80”. Trata-se de uma primeira aproximação dos estudos que envolvem o desenvolvimento histórico da disciplina escolar História. Objetiva tecer fios de compreensão sobre a finalidade do ensino de História na constituição de uma identidade nacional, tendo como fundamento teórico o nacionalismo patriótico traduzido no autoritarismo do Estado Vargasista.

AS REFORMAS EDUCACIONAIS: CONTINUIDADES... MUDANÇAS?

Logo após o Movimento de 30, o então Ministro da Educação e Saúde Pública do Governo Provisório instalado por Getúlio Vargas, Francisco Campos, comandou uma profunda modificação no sistema educacional do país. No que diz respeito ao Ensino Secundário (o Decreto 19.890/31 publicado em 1º de abril de 1931 outorgou a Reforma educacional que recebeu o nome do Ministro) houve a tentativa de conciliação de funções formadoras com funções propedêuticas, passando a ter dois cursos seriados neste sentido: o fundamental e o complementar; impunha a seriação



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

obrigatória para todas as escolas secundárias do Brasil; os programas e métodos de ensino seriam produzidos pelo próprio Ministério, acentuando a centralização uniformizadora do ensino neste nível (ABUD, 1993, 2005). A partir do Estado Novo “junto com a centralização, a uniformização, à qual não escapariam nem mesmo os métodos de ensino, o livro didático e o material escolar. [...] Getúlio Vargas anuncia a execução de um programa de educação, no qual se incluiria ‘a unificação dos métodos de ensino no sentido de dar-lhes feição nitidamente nacionalista’” (HORTA, 1994, p. 173).

A República Velha foi um período de grande instabilidade política e efervescência social: explodiram vários movimentos populares (urbanos e rurais); uma nova classe social, o proletariado industrial influenciado pelos anarquistas e comunistas, organizava-se em sindicatos e deflagram-se as primeiras greves do país; surgiu uma imprensa libertária. A Semana de Arte Moderna (1922), apesar de se caracterizar como um movimento de intelectuais urbanizados levantava a questão do desenvolvimento do sentimento de identidade nacional, configurando-se como marco representativo da busca deste sentimento fora do modelo de eugenia europeu (sem índio, sem negro) e sim, vinculado ao cultural. A formação de associações, como a Liga de Defesa Nacional, dirigida por Olavo Bilac; de movimentos políticos, como o tenentismo; fundamentavam também a idéia da formação de uma identidade nacional, mesmo que por outros ângulos. Tal contexto social contribuiu para mudanças nas formas de ver e pensar a realidade do Brasil, e, conseqüentemente, nas formas de conceber os estudos de História.

Intelectuais como Capistrano de Abreu, Silvio Romero, Tobias Barreto, Jonathas Serrano (como veremos adiante) e outros, empenharam-se na tarefa de repensar o Brasil e suas perspectivas educativas. Alguns destes intelectuais eram



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

professores de História do Pedro II¹⁵ e seus pensamentos, assim como o contexto social acima focado, apesar de influenciar, sob vários aspectos, a elaboração dos programas do Ministério da Educação e Saúde Pública, não foram capazes de alterar um aspecto fundamental: a concepção de História como um “espaço idealizado” no sentido de resolver problemas pertinentes ao Brasil daquele espaço temporal que conduziram ao desenvolvimento.

A formatação dada ao Secundário com a Reforma de Campos distanciava este nível de ensino das humanidades. Freitas (2008) destaca a diminuição das humanidades clássicas nos programas ao dividir maior espaço com as ciências físico-naturais e matemáticas, e, em relação à História, a extinção da História do Brasil como disciplina autônoma e a não presença da História em 100% dos dois ciclos. Em contrapartida, o autor aponta para o tipo de estudo científico pretendido: a história científica teria que ser “serena, imparcial e objetiva” (p.140). Na legislação de 31, a História Geral e do Brasil constituíam uma única disciplina: a História da civilização, que era incluída nas cinco séries do curso secundário fundamental. “Civilização passou a ser o novo conceito para designar progresso, separando e identificando os povos cada vez mais em *civilizados* e *atrasados*” (BITTENCOURT, 2007, p.39).

Nesse contexto de mudanças educacionais, a História do Brasil continuava como apêndice da história do homem civilizado, moderno, branco e cristão: era um reflexo da civilização européia. “A História do Mundo, sob o modelo civilizatório de Charles Seignobos e posteriormente das obras do *Cours d’Histoire*, de Albert Mallet, continuava a dominar” (BITTENCOURT, 2004, p. 195). Tratava-se, contudo, de um

15 O ensino de História no secundário estava diretamente associado à fundação do Colégio Pedro II no Rio de Janeiro (1837). Esta instituição pública, que nascera sob a influência do pensamento liberal francês e no seio do regime regencial, configurou-se na mais importante instituição de ensino secundário do Brasil Império. Era o estabelecimento padrão do ensino secundário e a única instituição a realizar os exames que possibilitavam o ingresso nos cursos superiores. Perdurou numa posição de relevância até a primeira década do século XX.



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

processo que, evidentemente, não ocorreu sem críticas, conflitos e resistências, mas que predominou (predomina?) por grande parte do século XX.

A Reforma Francisco Campos tornou obrigatório o ensino secundário para o ingresso nos cursos superiores, o que provocou um crescimento desse nível escolar, sem, no entanto, alterar seu caráter de formação destinada aos futuros condutores do Brasil. Como destacado anteriormente, os seus programas de ensino passavam por mudanças substantivas, em meio aos debates e conflitos originados pelas disputas de campo entre um secundário para as humanidades (Gustavo Capanema) ou científico (Francisco Campos). Segundo Bittencourt (2007), “predominou o que André Chervel chama de humanidades científicas”.

A história integrou-se nesse currículo tendo como finalidade primordial consolidar o papel do estado-nação na condução e na organização política, tendo como personagens fundamentais os chefes republicanos, os verdadeiros construtores da pátria, reforçando, assim, seu papel de disciplina encarregada de uma formação política do cidadão brasileiro. Figuras consideradas como grandes estadistas, como José Bonifácio, Rio Branco, ao lado de “mártires republicanos”, como Tiradentes, formavam a nova galeria de heróis nacionais (p. 42).

Neste momento abro um parêntese para dizer que a falta de dados empíricos neste artigo (como foi dito anteriormente) não me impede de realçar a distância entre prescrição e obediência a ela, levando em consideração que são pessoas/professores os encarregados de ensinar as idéias prescritas. Como negar a autonomia desses sujeitos históricos e/ou sua capacidade de inferir sobre certas decisões verticalmente determinadas? Sem pretender advogar uma causa anacrônica de uma concepção de história aos moldes dos Annales no tempo/espaço aqui enfocados, penso que as pessoas/professores de História, podem criar maneiras próprias de ensinar ante as condições reais de existência da escola e de seus programas de ensino. Entretanto,



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

para o estudo a que me proponho neste trabalho, o foco na legislação é o que interessa.

Não se pode perder de vista que, “com a noção de que o currículo é uma construção social aprendemos que a pergunta importante não é ‘quais conhecimentos são válidos?’, mas sim ‘quais conhecimentos são considerados válidos?’” (SILVA, 2002, p.148).

Alguns princípios da Escola Nova foram incorporados pelo Ministério da Educação. Mas o que e como ensinar História frente aos debates e confrontos entre a “nova e a velha” pedagogia? Enfatiza-se o uso de recursos audiovisuais, excursões a museus, monumentos e locais históricos como meio de viabilizar um “despertar” do interesse do aluno, e conseqüentemente uma certa autonomia para *conhecer*. Mas e quanto à concepção de história? Quais as continuidades e mudanças? Freitas (2008) destaca a presença da epistemologia histórica do professor católico Jonathas Serrano, para quem “História é narração. Não é apenas nomenclatura, como não é tão somente cronologia. Mas não pode prescindir de uma nem de outra” (SERRANO *apud* FREITAS, 2008, p. 156). Há que se destacar que a realidade aqui em foco refere-se a algumas poucas instituições escolares da capital do país à época.

Em meio à construção e, posteriormente, à afirmação do Estado Novo¹⁶, travam-se as disputas entre Gustavo Capanema e Francisco Campos pelo Ministério da Educação. Gustavo Capanema assume o Ministério e promove a reorganização do sistema escolar do Brasil, desde o primário à universidade. Dá novos contornos ao currículo do secundário, definido pelo Ministro como “ensino educativo formador da personalidade física, moral e intelectual do adolescente”, [...] acentuando seu ‘caráter cultural’ e dando prioridade no seu programa ao estudo das ‘humanidades clássicas’” (HORTA, 1994, p. 168). Capanema confere uma dupla finalidade ao Secundário:

¹⁶Autoritarismo, centralismo e corporativismo foram as principais características deste regime. Vargas impôs nova Constituição em 1937, na verdade, uma Carta outorgada de inspiração fascista.



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

formar nos alunos a “consciência patriótica” e a “consciência humanística”. À Educação Moral e Cívica (EMC), como prática educativa que permearia as disciplinas, caberia a tarefa de efetivar tais finalidades.

Entretanto, contrariamente ao que fizera Francisco Campos em 1931, Capanema não recorre a argumentos tirados da pedagogia da escola nova para justificar a não inclusão da educação moral e cívica como disciplina no currículo. Para Capanema, não se trata de formar o cidadão e educá-lo para a democracia através da repetição da experiência democrática em nível de escola; trata-se de desenvolver nos alunos o patriotismo, levando-os a vivê-lo a cada momento da vida escolar. (HORTA, 1994, p. 180)

Para a formação dessa consciência patriótica - desencadeadora da formação de uma identidade nacional - seriam utilizados os estudos de História do Brasil (e de outras disciplinas). Assim, a volta do ensino de História do Brasil como disciplina autônoma no currículo do ensino Secundário, determinada por Portaria do Ministro da Educação em março de 1940, pode ser explicada pela necessidade de formação de uma certa identidade nacional. A partir de 1942 com a Reforma Educacional do Ministro Gustavo Capanema (Lei 4.244), quando as humanidades ganham espaço considerável nos currículos, “a História do Brasil e a Geografia do Brasil passam a fazer parte do programa das duas últimas séries do curso ginasial (duas horas semanais) e da última série do curso colegial (três horas semanais)” (HORTA, 1994, p. 182).

As instruções metodológicas e as listas de conteúdos dos programas de ensino serviram de instrumento ideológico “para a valorização de um *corpus* de idéias, crenças e valores centrados na unidade de um Brasil, num processo de uniformização, no qual o sentimento de identidade nacional permitisse o ocultamento da divisão social e a direção das massas pelas elites. (ABUD, 2005, p.34).



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

Os silêncios que este tipo de história produz são gritantes. A esse respeito Le Goff (2003) faz um alerta:

Falar dos silêncios da historiografia tradicional não basta; penso que é preciso ir mais longe: questionar a documentação histórica sobre as lacunas, interrogar-se sobre os esquecimentos, os hiatos, os espaços em branco da história. Devemos fazer o inventário dos arquivos do silêncio e fazer a história a partir dos documentos e da ausência de documentos (p. 109).

A história do índio, do negro, dos homens pobres, era silenciada e/ou estudada sob a ótica dos conquistadores e dos dominantes. Tais instrumentos foram estrategicamente utilizados pelos dois reformadores para cumprir a tarefa de formar os cidadãos brasileiros sob uma identidade nacional homogênea, passiva e cristã católica com vistas a preservar a ordem e servir a pátria.

Este fato pode ser confirmado se observarmos o rol de pessoas elevadas à categoria de heróis no período. Eram representantes da unidade nacional, suas “causas heróicas” iam, ou foram conduzidas, nesta direção. É o caso de Tiradentes, Duque de Caxias, Padre Feijó e outros. Uma identidade nacional conformada na idéia da genealogia européia. A exclusão de “heróis” regionais, representantes de movimentos populares e/ou de “heróis” negros ou índios coadunava com o mais importante aspecto do projeto político Varguista: a centralização do poder e o enfraquecimento das oligarquias estaduais. Diante da contextualização deste trabalho, o importante é salientar o anacronismo que advém desta expectativa.

A concepção de História etnocêntrica, eurocêntrica, dogmática, um produto acabado, baseada no método biográfico, episódico e linear, permanece.

CONCLUSÕES



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

Até aqui, constatamos a estreita relação entre história escolar e constituição de identidade, notadamente no ensino de História do Brasil. Na relação articulada entre finalidades e conteúdos de uma disciplina escolar, pelo currículo oficial, fecha-se o ciclo de que se precisa (*em tese*) para atingir os grandes objetivos do Estado. E, apesar das duas Reformas Educacionais realizadas durante o governo de Getúlio Vargas terem dado pesos diferentes à História do Brasil quanto à sua importância na grade curricular, ambas traziam implícitas em suas concepções de ensino e de História as grandes questões que faziam o pano de fundo das transformações que se estabeleciam: a serventia da disciplina como instrumento de inculcação ideológica na formação do patriotismo e do sentimento nacional; promoção do desenvolvimento econômico do país, que caminhava para o progresso, sem alterar a ordem social existente. “Mudar para dar continuidade” foi a estratégia político-ideológica do governo Vargas no intuito de consolidar o projeto de sociedade baseado na ideologia do progresso, fomentada pelo nacionalismo patriótico.

Os conflitos entre Campos e Capanema sobre qual seria o currículo mais apropriado ao secundário - o científico ou o humanístico, respectivamente - “situavam o ensino de história como responsável para a formação do homem moderno preparado para enfrentar o mundo urbano e tecnológico, dentro das concepções de progresso e civilização” (BITTENCOURT, 2004, p. 195).

Por fim, analisando a temática num ritmo mais longo de tempo, penso que desde o processo de constituição de disciplina escolar no século XIX, a grande questão posta à sociedade brasileira era a nacionalidade e a finalidade fundamental da História era a construção de uma identidade nacional, partindo deste ponto a justificativa para sua obrigatoriedade e permanência nos currículos oficiais do Brasil. Diferentes ideologias regiam esta finalidade primordial da História escolar ou sob um mesmo fundo ideológico buscava-se a constituição de uma identidade nacional que legitimasse o poder e a ordem vigentes? Predominava, pois, uma continuidade na



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

construção da identidade nacional percebida pela concepção de genealogia da Nação, tão persistentemente presente nos programas de ensino de História.

Nacionalismo e pensamento autoritário caminhavam juntos no período da História do Brasil aqui analisado. As forças Armadas foram co-autoras dos projetos educacionais do governo de Vargas. Nesta parceria, o nacionalismo patriótico aqui enfocado tornou-se suspeito, responsável pela ideologia fascista, que passou a ser combatida no final do Estado Novo em meio à efervescência da vitória da democracia estadunidense na Segunda Grande Guerra, da qual o Brasil, paradoxalmente, participou.

REFERÊNCIAS

- ABUD, K. **O ensino de história como fator de coesão nacional**: os programas de 1931. *Revista Brasileira de História*, v.13, n.25/26, p. 163-174, set. 92/ago.93, 1993.
- _____. Currículo de história e políticas públicas: os programas de História do Brasil na escola secundária. In: BITTENCOURT, C. M. F. (org). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2005. cap. 1, p. 28-41.
- BITTENCOURT, C. M. F. Identidade nacional e ensino de história no Brasil. In: KARNAL, L. (org.). **História na sala de aula**: conceitos, práticas e propostas. São Paulo: Contexto, 2004. cap. 11, p. 185-204.
- _____. Identidades e ensino de história no Brasil. In: CARRETERO, M.; ROSA, A.; GONZÁLEZ, M. F. (orgs.). **Ensino da história e memória coletiva**. Porto Alegre: Artmed, 2007. cap. 1, p. 33-52.
- DE CERTEAU, Michel. A operação histórica. In: LE GOFF, Jacques, NORA, P. **História**: novos problemas. 2. Ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979. p. 17-48.
- FREITAS, I. **A pedagogia histórica de Jonathas Serrano**. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2008.
- HORTA, J. S. B. **O hino, o sermão e a ordem do dia**: regime autoritário e a educação no Brasil (1930-1945). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.
- LE GOFF, J. História. In: **História e Memória**. 5ª ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003. P. 17-171.



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade:** uma introdução às teorias do currículo. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.